

# A LIBRAS COMO TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA: UM CAMINHO PARA A COMPREENSÃO DO BILINGUÍSMO

Emílio Soares Ribeiro, professor Assistente da UERN  
Erica Santana de Sousa, bolsista PIBIC-CNPq, aluna da UERN

## RESUMO:

A adoção do Bilinguismo como metodologia para o ensino na educação dos Surdos no país nos desafia a buscar caminhos para compreender as transformações que ocorrem durante o processo tradutório, já que nesta abordagem o ensino da segunda língua (Português) é alicerçado sobre a primeira (Libras). Foi com este intuito que nos propomos a discutir os aspectos envolvidos na tarefa desenvolvida pelos intérpretes, profissionais que buscam criar elos de significação entre línguas distintas. Esta análise tem por base os estudos semióticos de Charles Sanders Peirce. A Semiótica Peirciana nos oferece ferramentas de análise que auxiliam a compreensão do processo tradutório entre sistemas linguísticos verbais e não-verbais, aspecto pertinente para o estudo da Libras, uma vez esta consiste em uma língua de modalidade visuo-espacial. Através da leitura de textos apresentados por Santaella (2002), Jakobson (1995), Levefere (2007) e Arrojo (2003) analisaremos as relações de tradução existentes na realização desta transposição de valor simbólico. Feita a análise é possível verificar que a tradução/interpretação realizada pelos intérpretes das línguas de sinais não pode ser considerada simplesmente como reprodução de palavras, mas como um processo de reescrita, adquirindo assim seu valor próprio. Esta nova perspectiva nos permite compreender a difícil tarefa a qual estes intérpretes são submetidos e desta forma contribuir para uma maior valorizarmos deste trabalho tão árduo e complexo.

**Palavras-Chave:** Bilinguismo. Semiótica. Tradução. Libras.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho acerca da educação dos Surdos no Brasil pretende fornecer alguns elementos teóricos acerca da importância de se compreender o processo tradutório de que o bilinguismo faz uso. O reconhecimento e aceitação do bilinguismo como meio de integração do Surdo na sociedade nos levam a refletir sobre a relevância do trabalho do intérprete da língua de sinais e nos desperta para a necessidade de se buscar novos conhecimentos para o auxílio desta profissão. Foi com este intuito que nos propomos a discutir os aspectos que estão envolvidos na tradução entre as línguas de sinais e as línguas orais sob a perspectiva dos estudos semióticos de Charles Sanders Peirce. A Semiótica peirciana nos oferece ferramentas de análise que auxiliam a compreensão do processo tradutório entre sistemas linguísticos verbais e não-verbais, aspecto pertinente para o estudo da Libras, uma vez que trata-se de uma língua de modalidade visuo-espacial.

Iniciaremos o trabalho com uma breve apresentação sobre a Semiótica, seu conceito e as suas principais implicações. Posteriormente serão expostos alguns

posicionamentos acerca da tradução, firmados por estudiosos desta área, como Jakobson (1995), Levefere (2007) e Arrojo (2003); trataremos de alguns aspectos relacionados à prática bilíngue enquanto metodologia de ensino educacional para os Surdos no Brasil, e por fim, analisaremos suas implicações no que se refere ao exercício dos intérpretes na realização desta tradução intersemiótica.

## 2 A SEMIÓTICA PIERCIANA

A Semiótica é considerada a mais recente dentre as ciências humanas. Ela teve seu início de forma peculiar dada ao fato de possuir três origens simultâneas, nos EUA, na União Soviética e na Europa Ocidental. Esta tríplice origem trouxe a confirmação de que a “consciência semiótica” surgiu histórica e gradualmente após a Revolução Industrial, momento em que se deu início a proliferação dos meios de reprodução e, conseqüentemente, a difusão de informações e mensagens. Os estudos norte-americanos acerca desta ciência germinaram na mente fabulosa do cientista-lógico-filósofo Charles Sanders Peirce, linha de pesquisa na qual se centra nosso trabalho.

Peirce (1839-1914), em seus estudos, desejava entender os métodos de raciocínio das ciências lógicas e estabelecer os pontos em comum entre elas, e foi desta ousada pretensão que surgiu sua teoria geral dos signos, ou, o que hoje conhecemos por Semiótica Pierciana.

A semiótica Pierciana foi desenvolvida como uma construção arquitetônica, tendo como alicerce a Fenomenologia, uma quase-ciência que analisa e descreve as formas de percepção dos fenômenos, ou seja, ela tem como função apresentar categorias gerais sobre como a mente humana percebe aquilo que acontece a sua volta. Peirce ao desenvolver seus estudos pretendia criar uma fundamentação conceitual baseada em poucos conceitos, porém estes capazes de compreender todos os fenômenos humanos, pretensão atingida com a teoria das categorias.

A palavra semiótica vem da raiz grega *semeion*, que significa signo. Assim a Semiótica é a ciência dos signos, a ciência geral de toda e qualquer linguagem verbal (oral ou escrita) e não-verbal. As linguagens são as formas de comunicação, os sistemas sociais e históricos criados para representar o mundo, e é esta multiforme “graça” que nos torna seres simbólicos. A comunicação ocorre através de cores, fotos, gestos, danças, volumes, gráficos, sons e inúmeras maneiras, sendo o uso da língua (linguagem

verbal) apenas uma dessas formas de produzir sentido e significação. Sendo a Semiótica a ciência de todas estas possíveis formas de linguagens, é importante ressaltar que seu objeto de estudo é realmente vasto, porém seu objetivo é restrito, ele consiste no “exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido” (SANTAELLA, 2008, p. 13), ou seja, a Semiótica deseja “tão somente” descrever e analisar nos fenômenos sua constituição como linguagem, sua ação de signo. Por fenômeno Pierce compreende:

[...] qualquer coisa que esteja de algum modo e em qualquer sentido presente à mente, isto é, qualquer coisa que apareça seja ela externa (uma batida na porta, um raio de luz, um cheiro de jasmim), seja ela interna ou visceral (uma dor no estômago, uma lembrança ou reminiscência, uma expectativa ou desejo), que pertença a um sonho, ou uma ideia geral e abstrata da ciência, a fenomenologia seria, segundo Pierce, a descrição e análise das experiências que estão em aberto para todo homem, cada dia e hora, em cada canto e esquina de nosso cotidiano. (SANTAELLA, 2008, p.32)

Por signo devemos compreender “uma coisa que representa outra coisa, seu objeto” (SOUZA, 2006, p. 160). Em outras palavras, só há signo quando há representação, quando este substitui (em ausência) outra coisa. E “qualquer coisa pode funcionar como signo, basta que encontre um intérprete” (RIBEIRO, 2010, p.41). A representação ocorre na interação objeto/intérprete, uma vez que na ausência de intérprete, de uma mente humana, não há consciência da existência de coisa alguma. Desta interação é gerado o interpretante, que Santaella define como um “processo racional que se cria na mente do intérprete” (SANTAELLA, 2008, p. 58). Uma foto de uma casa, sua planta ou até mesmo um olhar sobre ela, são exemplos de signos, pois representam a própria casa (o objeto). Este signo, em contato com um intérprete, gera em sua mente um efeito (interpretante), que na verdade já constitui outro signo, que por sua vez gera um novo interpretante, e assim sucessivamente. Este efeito ativado na mente de cada intérprete associado à outra coisa (outro signo) também relacionado a este mesmo objeto produz uma espécie de semiose ilimitada, que consiste num “processo dinâmico em movimento” em busca da significação, “[...] é o processo da interpretância que nos permite captar um processo de significação como um todo” (SOUZA, 2006, p.160). Vale ressaltar que “essa sucessão de semioses não opera de forma hierárquica, visto que não deve haver juízo de valor entre signo traduzido e signo tradutor” (RIBEIRO, 2010, p. 39).

### 3 UM NOVO OLHAR SOBRE A TRADUÇÃO

A necessidade de compreender outras línguas surgiu, no decorrer da história, dado o desejo por domínio territorial presente na natureza humana. Sua prática é bem remota, data dos tempos romanos antigos. Naquela época e durante muito tempo a tradução foi avaliada segundo os moldes da transposição de significados “equivalentes”, termo extraído da matemática.

A etimologia do componente lexical equivalência deixa perceber uma tendência para atingir a igualdade e esclarece também a maneira pela qual, muitos, ao considerarem que a tradução busca atingir o nível do original, entendem a tradução como inferior e secundária [...] esta definição em matemática do termo equivalência é o obstáculo central ao seu uso em teoria da tradução, no instante em que sugere uma simetria e reflexividade que não se aplicam à tradução. (RIBEIRO, 2007)

Esta concepção foi alvo de muitas críticas, e com o advento do período Pós-moderno ela veio a sofrer grandes modificações. Atualmente os modelos teóricos não entendem a tradução como uma transposição, mas sim como transformação. A partir da década de sessenta, devido ao interesse pela hermenêutica, a tradução adquire uma natureza interdisciplinar, voltadas para análises de textos, leituras e imagens, rompendo paulatinamente com sua antiga postura logocêntrica.

Em 1975 George Steiner estabelece um perfil sobre o percurso histórico da tradução, dividindo-o em quatro períodos, que vai desde Cícero, para quem não se devia traduzir *verbum pro verbo*, seguido por um período em que a tradução ganhou um caráter mais filosófico e posteriormente mais mecânico. A estes dois períodos os pesquisadores atribuem a reponsabilidade pelos conceitos de transposição, modulação, equivalência e adaptação, fazendo erigir um ideal de fidelidade entre os chamados textos “originais” e textos “alvos”. É a partir da década de sessenta que são elaborados teorias que tentam explicar as modificações que ocorrem durante o processo tradutório, levando em consideração as questões linguísticas, contextuais ou de cunho subjetivo focadas no receptor. Entre os nomes que contribuíram para esta nova visão sobre os estudos da tradução, podemos citar Jakobson (1995), que revela três possíveis “tipos” de tradução, são elas: a intralingual, que consiste na tradução dos signos verbais por meio de outros signos pertencentes à mesma língua; a interlingual, a tradução realizada entre línguas verbais distintas; e a intersemiótica ou transmutação, que consiste na

tradução de signos verbais por meio de sistemas não-verbais. Com esta abordagem Jakobson nos trás a ideia de uma equivalência presente na diferença, afirmando que “as diferenças existentes entre os sistemas linguísticos não impossibilitam a tradução” (REIS, 2002, p. 44), e permitindo que consideremos o diálogo entre as variadas espécies de signos como tradução, embora ainda de forma insipiente.

Outro nome importante na construção dos estudos da tradução foi André Levefere, este por sua vez apresenta uma teoria que reflete sobre as relações existentes entre a história, a cultura e as convenções do tradutor, elementos que vão além do texto traduzido. A este ato de interpretação Levefere atribui o nome de reescrita, por acreditar que não existe tradução inocente, mas todo produto de (re)escrita está preso a um contexto, a um público, a uma ideologia e por ela é manipulada. As reescrituras são produzidas a serviço, ou sob as restrições, de certas correntes ideológicas e/ou poetológicas” (LEVEFERE, 2007, p. 19). Estas reescrituras, primeiramente chamadas de “refrações”, incluem, por exemplo, “a adaptação de uma obra literária a um público diferente, com intenção de influenciar a forma como o público lê a obra” (LEVEFERE, 2007, p.141), ou podem aparecer sob a forma de introduções, notas, comentários, artigos, gestos, “acréscimos” que passam a assumir seu próprio valor em outro sistema.

Dentre as teorias que ganharam destaque nos estudos de tradução, incluímos os estudos de Arrojo (2003), que visam à desconstrução do ideal do logocentrismo. Por logocentrismo devemos compreender os princípios que defendem que somente na palavra ou no autor do texto está a origem e a localização do significado. Seus defensores afirmam que este significado está fora do sujeito/leitor/receptor e trabalham com a noção de literalidade. Para esse ideal, o sentido estaria atravessado no texto e caberia ao leitor a tarefa de encontrá-lo através das marcas deixadas por seu autor; ou ainda sustentam uma visão patriarcal, segundo a qual o sentido se encontra no próprio autor, acreditando que este é o dono do sentido, e só a ele pertence a origem do significado. Nesta perspectiva ler e compreender consistiria na busca em entender o que o autor intentou dizer, o significante (a palavra, o texto) funciona como um “invólucro duradouro e resistente capaz de aprisionar através dos tempos e em qualquer circunstância o significado autoral conscientemente pretendido.” (ARROJO, 2003, p. 36).

Na reflexão desconstrutivista, apresentada por Arrojo, é dada ao leitor a responsabilidade de assumir a produção do significado, processo que inevitavelmente inclui o intérprete, e não apenas o texto.

[...] a figura do leitor e o espaço que poderá ocupar no processo de leitura, bem como a ética que regulamente as práticas da autoria, da comunicação e da leitura, e tudo aquilo que numa determinada época e num determinado lugar é possível e aceitável de se fazer com os textos e com os discursos dependem, portanto, das convenções que se estabelecem subliminarmente no tecido sócio-cultural em que vivemos. (ARROJO, 2003, p. 39)

Ao assumir esta postura de participante da construção do signo, o receptor deixa de ser um decodificador passivo para se tornar um contribuinte autoral e assume a responsabilidade de construir o significado, tomando como ponto de partida o próprio texto. A postura desconstrutivista opõe-se à tradição logocêntrica que atribui à compreensão e a interpretação valores opostos. Desta forma, “a compreensão, num plano humano e “não-divino”, será, sempre, também “interpretação”, uma produção – e não um resgate – de significados que impomos aos objetos, à realidade e aos textos.” (ARROJO, 2003, p. 70).

#### **4 O BILINGUÍSMO E O PAPEL DO TRADUTOR DA LÍNGUA DE SINAIS**

No século XVIII surgiram as primeiras escolas para surdos, tendo origem na Europa. A escola alemã foi responsável pela criação do método oralista, método baseado na crença de que a língua de sinais era uma ferramenta de exclusão dos surdos na sociedade. Este método ganhou força devido ao avanço tecnológico do século XIX, passando a ser adotado em caráter oficial no Congresso Internacional de Educação para Surdos, realizado em Milão em 1880.

Em 1970 o linguista americano William Stokoe publicou a obra *Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication System of the American Deaf*, uma obra que apresentou a ASL – *American Sign Language* como uma língua estruturalmente semelhante às línguas orais. Seus estudos provocaram questionamentos que resultaram em uma prática de ensino combinando língua de sinais, língua oral, leitura labial e alfabeto manual, método conhecido como Comunicação Total. Esta reviravolta na década de setenta provocou em alguns países a ideia de independência entre as línguas, dando origem à filosofia bilíngue amplamente difundida nos anos 90.

Atualmente em nosso país o ensino de Libras convive estas três correntes filosóficas, o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo, pois os profissionais desta área acreditam que há em cada uma deles contribuições relevantes que devem ser consideradas na educação dos surdos brasileiros. O método Oralista visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte única e exclusivamente através da habilidade da língua oral, rejeitando qualquer forma de gestualização, considerada um empecilho no processo de oralização, seu objetivo é alcançar o máximo possível da “normalidade”. Já a Comunicação Total tem como principal preocupação o processo comunicativo, ressaltando não só a língua oral, mas também os aspectos emocionais, cognitivos e sociais durante o aprendizado, o surdo é visto como um ser individual, e sua surdez como uma marca, e não uma patologia. A Comunicação Total não privilegia o ensino da língua, seja ela oral, sinalizada ou a linguagem de códigos manuais, ela aceita qualquer recurso e, muitas vezes, trabalha até dois destes recursos simultaneamente, o que seus adeptos convencionaram chamar de bimodalismo.

A história revela que o uso do Oralismo como único método de ensino provocou um atraso na aprendizagem dos surdos, além de profundos traumas e bloqueios cognitivos, e que o método de Comunicação Total não alcançou o desejo de massificação das línguas de sinais, revelando ser o Bilinguismo ainda a melhor alternativa para o ensino destas línguas, realidade que vem alcançando resultados satisfatórios em países como Dinamarca e Suécia.

O Bilinguismo defende o aprendizado da língua de sinais como língua materna do surdo e a língua oral de seu país. Nesta prática de ensino, o surdo deve aceitar sua surdez, criar comunidades e desenvolver sua própria cultura. Não há uma preocupação em entender os fatores patológicos que provocaram esta surdez, mas entender suas particularidades. Duas correntes influenciaram os estudos bilíngues quanto às teorias psicológicas e linguísticas, o Gerativismo de Chomsky e o Sociointeracionismo de Vygotsky. Os adeptos do bilinguismo defendem a necessidade do ensino sequenciado, alguns entendem que primeiro deve ser ensinada a língua de sinais, só então o ensino da modalidade oral e por fim a alfabetização (escrita) da língua de seu país, outros defendem o ensino da língua de sinais e posteriormente apenas à modalidade escrita da língua oficial do país. Felipe (2007, p. 112-113) apresenta,

Se uma criança surda puder aprender a língua de sinais da sua comunidade surda à qual será inserida, ela terá mais facilidade em aprender a língua oral-

auditiva da comunidade ouvinte a qual também pertencerá porque nesse aprendizado que não pode ouvir os sons que emite, ela já trará internalizado o funcionamento e as estruturas linguísticas de uma língua de sinais, a qual pôde receber em seu processo de aprendizagem um feedback que serviu de reforço para adquirir uma língua por um processo natural e espontâneo.

Se considerarmos esta afirmativa apresentada por Felipe como verdadeira, é incontestável o uso do Bilinguismo para a educação dos Surdos. Feita a escolha do método fica a tarefa de refletirmos sobre como o ensino desta segunda língua (oral-auditiva) pode ser alicerçado sobre os conhecimentos já internalizados de uma língua gestual (visuo-espacial). Fato é que, seu uso marcou a história dos Surdos e proporcionou um espaço, cada vez mais significativos, na sociedade, porque a inclusão social só é possível através do acesso à língua. Para os Surdos, a língua de sinais desempenha três papéis fundamentais, ela é símbolo de identidade, representa o meio de interação social e consiste um depositário de conhecimento cultural, canais que permitem sua participação efetiva na sociedade (PEREIRA et al, 2011, p. 34-35).

Sabendo que a educação é uma ferramenta que transforma uma pessoa num cidadão, a comunidade surda passou a lutar pelo acesso a sua língua e cultura, o que resultou em direitos respaldados por leis que promoveram a acessibilidades através de intérpretes, garantiu o uso oficial da Libras como língua usada pelas Comunidades Surdas do Brasil, e trouxe o reconhecimento da identidade surda e o direito ao ensino bilíngue, sendo a Libras a primeira língua do surdo e a oralização uma opção.

Todos estes direitos alcançados proporcionaram a interação dos Surdos a sociedade, seu acesso à escola, ao mercado de trabalho e as práticas sociais de lazer, exigiram a presença de profissionais especializados para intermediar estas relações, a existência destes intérpretes afluíram questionamentos acerca de suas práticas. Esta tarefa que começou de forma voluntária, passou a ter valor a medida que os Surdos foram conquistando seu espaço, atualmente já existem organizações que regulamentam esta profissão.

O ato de interpretar, traduzir, envolve um processo que atinge esferas cognitivas e linguísticas, um ato marcado por intenções comunicativas, uma vez que este intérprete está inserido em um contexto social ele torna-se produto do meio ao qual pertence. Sua forma de compreensão e percepção dos discursos produzidos, aos quais está incumbido de transmitir, atravessa seu “eu”, um ser marcado por vivências e características únicas, e, visto que é do intérprete a escolha lexical, semântica e pragmática utilizada durante a



tradução, torna-se fácil compreendemos o porquê de uma tradução nunca ser igual à outra, há sempre uma forma diferente de se perceber um discurso. Estas nuances linguísticas podem surgir na entonação do locutor, na expressão facial, nas entrelinhas do discurso, no conhecimento prévio do próprio tradutor em relação à mensagem, no uso de ironia. São inúmeras e particulares as possibilidades de compreensão de um discurso, e desta forma podemos dizer que também são inúmeras e particulares as possibilidades de tradução/interpretação. Além da escolha lexical, semântica e pragmática que o intérprete precisa fazer para transmitir o sentido que o discurso intenta expressar, cabe também a este tradutor a importância de se conhecer o nível de compreensão do receptor da mensagem. O intérprete de Libras deve questionar o Surdo a respeito de sua compreensão sobre o discurso produzido, por isto a utilização do sinal ENTENDER é tão comum entre intérpretes de Libras. A este intérprete também lhe é exigido a necessidade de domínio das regras estruturais e gramaticais que a própria língua exige e diante de todos estes requisitos impostos aos intérpretes de Libras, é inviável pensar numa tradução sem uso de uma adaptação, mais do que isto, de uma transformação do discurso, pois a simples utilização de sinais correspondentes as palavras, jamais poderia dar conta de “equiparar” discursos produzidos por sistemas linguísticos tão diferentes. A busca por uma aproximação de sentido e significação será sempre frustrante se este intérprete não compreender que todo processo de tradução consiste numa transformação.

A literatura para formação de intérpretes da língua de sinais utiliza termos como “fidelidade”, “língua fonte”, “língua alvo”, termos considerados pelos estudos da tradução já ultrapassados. Quadros em sua obra *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*, ao traçar um perfil do profissional tradutor, aponta, entre outras qualificações, a fidelidade como requisito indispensável, ela afirma:

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos: [...] fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS, 2002, p.28)

A questão é “como passar o que realmente foi dito?” A fala ao ser proferida e atingir seu receptor, sofre, durante o processo de assimilação (compreensão) e transmissão (uso dos sinais), uma transformação, fato impossível de ser evitado. À interpretação, esta busca pelo sentido, atribuí julgamento de valor baseado na relação

emissor e receptor, relação imutável e previsível. E é exatamente neste ponto, nesta ideia de resgate pleno que a tradução expõe seu argumento e defende que “toda tradução, por mais simples e breve que seja, trai sua procedência, revela as opções, as circunstâncias, o tempo e a história de seu realizador.” (ARROJO, 2003, p. 68). Toda tradução perpassa pelo tradutor, pelo sujeito interpretante e seu contexto sócio-cultural, tornando-se assim subjetiva. O próprio título da obra já nos permite questionar: Há diferença entre tradutor e intérprete? Se não faz sentido a tradução “*verbum pro verbo*” defendida deste os tempos da Roma Antiga, em que consistiria esta distinção? Interpretar não é a capacidade de assimilar uma informação e “decodificá-la” em outro sistema, ou seja, apresentar a mesma “ideia” de outra forma, por outro caminho, com outras palavras ou através de gestos? E o que faz o tradutor? Não é exatamente esta tarefa a qual ele propõe realizar? Decodificar, interpretar, buscar palavras, frases, modismos, sinais que de alguma forma faça seu interlocutor compreender o sentido, entenda o significado daquele discurso. Traduzir é interpretar.

Diante de tudo que já foi discutido fica clara a incoerência em se avaliar uma tradução usando termos como “fidelidade”, “precisão”, “equivalência”, termos que no *máximo* faria sentido se usados somente para se referir a uso dos vocábulos empregados, nem mesmo assim, pois sabemos que os dicionários trabalham baseados em convenções lexicais, que nada mais são do que adaptação de significados entre as línguas. Se estes termos não são adequados para descrever a relação que existe entre simples palavras, o que diria serem usados para textos e discursos. O tradutor/intérprete de Libras busca encontrar a *sua* melhor forma de expressar o sentido da mensagem, não há uma frase correspondente perfeita, única, a palavra exata, uma tradução equivalente. Aqui é interessante citar um aspecto relevante apontado pela Quadros, quando esta se refere à importância de uma formação específica por parte do intérprete de Libras, a autora afirma que o intérprete de Libras necessita possuir certo conhecimento sobre o tema da mensagem a qual irá traduzir, e aí a importância de uma formação específica por parte destes profissionais nas mais diversas áreas de conhecimento. Este apontamento reafirma o argumento de que a produção de sentido passa pelo sujeito tradutor, uma vez que, se o ato tradutório fosse tão somente de transposição de palavras para sinais previamente convencionados, este conhecimento não seria necessário. Por fim Quadros faz uma colocação que sintetiza as principais ideias defendidas atualmente pelos estudiosos da tradução, ela assegura:

[...] pesquisas indicam que palavras e frases como unidades de significado não correspondem ao entendimento do discurso [...] As palavras, as frases tomam significados que podem variar de acordo com os diferentes contextos e pessoas que participam do discurso. (QUADROS, 2002, p. 79).

Esta colocação nos traz a memória à ideia de reescrita desenvolvida por Lefevere, que defende um posicionamento onde a história, a cultura e as convenções, ou seja, o contexto histórico, cria suas próprias condições de tradução. Desta forma, pensar no intérprete/tradutor de Libras como um reproduzidor de discursos, um agente secundário, não condiz com a realidade a nossa volta, seu trabalho é sim, de produção, de reescrita, uma tarefa consideravelmente árdua e complexa que exige uma habilidade cognitiva e linguística notável.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após apresentamos alguns aspectos acerca da semiótica, verificarmos os enlaces presentes na representação dos signos e assim nos depararmos com o processo de semiose ilimitada apresentada por Pierce, torna-se mais fácil compreender que o ato tradutório faz parte desta engrenagem linguística, onde a busca de equivalência é inútil e irreal. Fato que não poderia ser diferente tratando-se da tradução de uma língua oral para uma gestual. A tradução intersemiótica que ocorre na interação comunicativa entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa não deve ser enquadrada nos moldes logocêntricos, numa busca constante de reproduzir uma mensagem “fiel” e “precisa”. O trabalho do intérprete/tradutor é de reescrita, é de produzir um novo texto, esta é a proposta lançada pelos estudos de tradução contemporâneos, “desconstruir” velhos paradigmas e conscientizar sobre o papel do receptor e do contexto histórico que envolve a mensagem. A adoção do Bilinguismo, como metodologia mais satisfatória para a educação dos surdos, exige o conhecimento e a capacidade de adequação entre as línguas envolvidas, saber transpor significação e reconhecer o valor da comunicação é a verdadeira função do intérprete.

## 6 REFERÊNCIAS

ARROJO, R. (Org.) **O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003, p. 35-39.

\_\_\_\_\_. **O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003, p. 67-70.

**CONSULTA PÚBLICA**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03)>. Acesso em: 21 de março de 2012.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª Ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

JAKOBSON, R. **Aspectos linguísticos da tradução**. In: \_\_\_\_\_. *Linguística e comunicação*. Trad. I. Blikstein e J. P. Paes. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1995, p. 63-72.

LEFEVERE, A. **Tradução, reescrita e manipulação da fama literária**. Trad. C. S. Bauru. São Paulo: Edusc, 2007.

PEREIRA, M. C. da Cunha. (Org.) **Libras: Conhecimento Além dos Sinais**. 1ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília : MEC ;SEESP, 2002.

REIS, Patrícia Dias. **Ideias sobre tradução**. In. Revista UNORP, Dezembro de 2002, p. 41-49.

RIBEIRO, E. S. **A Relação cinema-literatura na construção da simbologia do Anel na obra O Senhor dos Anéis: uma análise intersemiótica**. 2007. 151f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

\_\_\_\_\_. **Leitura como processo semiótico**. In. Leitura em Revista. Cátedra UNESCO de Leitura PUCRio, 2010, p. 38-48.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. 27ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SOUZA, L. S. de. **Introdução às teorias semióticas**. Petrópolis, RJ; Salvador, BA: Editora Vozes, 2006.

VIEIRA, E. R. P. (org.) **Teorizando e contextualizando a tradução**. Curso de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG, 1996.